



ACÓRDÃO Nº 1137/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11701/2016.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SEMMAS.
- 4- **Exercício:** 2015.
- 5- **Responsável:** Sra Kamila Botelho do Amaral (01/01 a 19/03/2015) e Sr. Antônio Ademir Stroski (20/03 a 31/12/2015), Secretários de Estado, à época.
- 6- **Advogado:** Não Possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAD/AM, DICOP
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 2362/2017-MP-ELCM, da Dra. Elizângela Lima Costa Marinho, Procuradora de Contas (fls. 7015/7028).
- 9- **Relator:** Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SEMMAS. Exercício de 2015.

Regularidade com Ressalva. Multa. Prazo. Determinação. Notificação.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, nos termos do voto-vista do Excelentíssimo Senhor Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro, **em divergência** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. A unanimidade:

10.1.1. Determinar à Secretaria de Estado do Meio Ambiente - SEMMAS:

- a) Que observe as exigências legais aplicáveis aos Contratos de Gestão, especialmente àqueles firmados com a AADES (Agência Amazonense de Desenvolvimento Econômico e Social), sendo necessário ao Poder Público conduzir a celebração do contrato de gestão por um procedimento público impessoal e pautado por critérios objetivos, utilizando-se do chamamento público;
- b) Que cumpra o disposto no art. 6, IX, da Lei nº 8.666/1993;
- c) Que atenha-se ao princípio do planejamento e eficiência, evitando atrasos das obrigações frente ao Instituto Nacional de Seguridade Social-INSS, afastando eventuais multas e juros;
- d) Que cumpra o disposto no art. 60, da Lei nº 4.320/1964,



ACÓRDÃO Nº 1137/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

realizando empenho prévio para a concessão de diárias;

e) Que apresente estudos de viabilidade técnica e financeira para garantir a eficiência das prorrogações de prazo através de Termos Aditivos à Contratos Administrativos.

10.1.2. Notificar o Sr. Antônio Ademir Stroski e Sra. Kamila Botelho do Amaral, e demais interessados, com cópia do Relatório/Voto, e o Acórdão para ciência do decisório e, para querendo, apresentar o devido recurso.

10.2. Por maioria:

10.2.1. Julgar Regular com Ressalvas a Prestação de Contas Anual da Secretaria de Estado do Meio Ambiente, de responsabilidade da Sra. Kamila Botelho do Amaral e Antônio Ademir Stroski, Secretários de Estado, no exercício financeiro de 2015;

10.2.2. Aplicar Multa ao Sr. Antônio Ademir Stroski, Secretário de Estado no período de 20/03/2015 a 31/12/2015, no exercício financeiro de 2015, com fulcro no artigo 54, II, da Lei nº 2.423/96 c/c art. 308, VI, da Resolução nº 04/2002 TCE/AM, no valor de **R\$ 8.000,00**;

10.2.3. Conceder Prazo ao Sr. Antônio Ademir Stroski, de 30 dias para o recolhimento da multa aos cofres da Fazenda Estadual, com comprovação perante este Tribunal, nos termos do art. 72, III da Lei nº 2423/96 c/c o art. 169, I do Regimento Interno deste Tribunal (Resolução nº 04/2002), autorizando a instauração de inscrição do débito na Dívida Ativa e instauração da cobrança executiva, no caso de não recolhimento dos valores da condenação, ex vi o art.173 do Regimento Interno deste Tribunal de Contas.

Vencidos o Conselheiro Relator Érico Xavier Desterro e Silva que votou pela irregularidade das contas e multas aos gestores, acompanhado pelo Conselheiro Júlio Cabral e Conselheiro Josué Cláudio de Souza Filho que votou pela multa à Sra. Kamila Botelho do Amaral no valor de R\$4.000,00.

11- Ata: 27ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 7 de Agosto de 2017.



ACÓRDÃO Nº 1137/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mario Manoel Coelho de Mello.
- 14- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal:** Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro-Presidente

JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO
Conselheiro Redator

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA
Procurador-Geral